



Corte fará sessão extraordinária, hoje, para definir se mantém ou revoga determinação da ministra Laurita Vaz que afastou o gestor

Governador de AL nas mãos do STJ

» RAPHAEL FELICE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se reúne às 14h de hoje, em sessão extraordinária, para decidir se mantém ou não o afastamento do governador-tampão de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), do cargo.

Aliado de Renan Calheiros (MDB-AL) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dantas foi alvo de uma operação da Polícia Federal, na terça-feira, para apurar suposto esquema de desvios de recursos públicos por meio de rachadinhas e da contratação de servidores fantasmas na Assembleia Legislativa de Alagoas e em prefeituras.

A operação foi autorizada pela ministra Laurita Vaz, do STJ, que também determinou o afastamento do governador por 180 dias.

Apesar da decisão da ministra, Dantas segue como candidato à reeleição em 30 de outubro. Ele liderou ganhou o primeiro turno com 46,64% dos votos, contra Rodrigo Cunha (União Brasil), que obteve 26,79%.

A determinação de Laurita Vaz causou estranheza entre aliados de Dantas e até mesmo dentro da própria Corte, devido à proximidade do segundo turno. Juízes ficaram desconfortáveis pela exposição que o tribunal está recebendo neste período eleitoral.

Ontem, a defesa de Dantas, representada por Cristiano Zanin — também advogado de Lula — apresentou uma petição ao STJ pedindo informações sobre o processo para preparar o recurso. A tendência é de que a defesa do governador-tampão também apresente ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma reclamação pela federalização das investigações.

Na avaliação de aliados de Dantas, como Renan Calheiros, a participação da Polícia Federal ocorre por influência do rival político Arthur Lira (PP-AL),

Reprodução/Twitter



Dantas é investigado por suposto esquema de desvios de recursos públicos por meio de rachadinhas



Nós estamos aguardando que o STJ saia dessa exposição em que foi colocado pela ministra Laurita"

Renan Calheiros (MDB-AL), senador

presidente da Câmara e padrinho político de Rodrigo Cunha.

Uma das linhas que devem ser seguidas pela defesa de Dantas é de que o STJ não teria competência para autorizar a investigação, pois a apuração já estaria correndo no Tribunal de Justiça de Alagoas.

Calheiros comparou o caso com o do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que foi investigado pela Justiça do Rio de Janeiro, não por órgãos federais, também sob suspeita da prática de rachadinhas.

Para Calheiros, Dantas está sendo perseguido. Ele classifica o fato como uma “armação”, que “perambulou” por vários gabinetes do STJ até cair nas mãos certas “da ministra bolsonarista Laurita Vaz”.

“Nós estamos aguardando que o STJ saia dessa exposição em que foi colocado pela ministra Laurita. Sem competência para a pauta, afastou, pela primeira vez na história do Brasil, um candidato a governador quase eleito no primeiro turno, a poucos dias da eleição, claramente para produzir resultado eleitoral, coisa abominável sob qualquer aspecto”, enfatizou Calheiros ao **Correio**.

Troca de farpas

Na terça-feira, em postagem no Twitter, o senador apontou Lira como articulador da investigação. O presidente da Câmara respondeu que o emedebista quer manter “denúncias de corrupção debaixo do tapete”. “O Renan Calheiros não toma jeito. Toda vez que ele ou alguém de seu grupo é apanhado praticando o malfeito, me acusa de tentar encobrir suas safadezas. Foi o STJ que viu fortes indícios de corrupção e determinou o afastamento do governador de Alagoas”, postou. “Ele ainda alega que não seria competência do STJ analisar o caso. Deveria saber que os governadores de estados são da alçada do STJ. Ao que parece, Renan quer mesmo é esconder embaixo do tapete as denúncias de corrupção que envolvem o seu grupo político e manter o poder em AL.”

Ministra destaca “crimes gravíssimos”

O afastamento do governador de Alagoas Paulo Dantas (MDB) foi visto pela ministra Laurita Vaz — responsável por assinar a medida — como uma maneira de “estancar atuação de organização criminosa, proteger o patrimônio público e evitar interferências indevidas” nas apurações sobre suposto esquema de rachadinha.

A magistrada entendeu que havia “justa causa” para que fossem ordenadas as diligências executadas na segunda etapa da Operação Edema, na terça-feira, se dizendo “absolutamente cônica do gravame que atinge as instituições públicas envolvidas, além dos próprios investigados, dentre eles, o atual governador, que disputa a eleição para novo mandato”.

Em despacho assinado em 5 de outubro, a ministra considerou que as apurações mostraram de “forma bastante contundente” o possível envolvimento de Paulo Dantas “em crimes gravíssimos”, com “impactos incalculáveis” na sociedade.

Laurita Vaz destacou dados sobre a posição de Alagoas no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em listagens sobre a parcela da população em situação de pobreza.

O inquérito se debruça sobre supostos ilícitos praticados desde 2019, mas, segundo Laurita Vaz, há “fatos e robustos indícios de que a atividade da organização criminosa” prosseguiu mesmo após Paulo Dantas assumir o governo do estado, em maio.

Segundo ela, os crimes foram e continuam sendo cometidos

“com indizível escárnio, acumulando enormes prejuízos aos cidadãos e às instituições”. Para a relatora, o cenário demandava “pronta resposta” do Judiciário, “com quem repousa a derradeira esperança de corrigir desvios de conduta dessa natureza”.

“Causa espécie o tamanho da ousadia dos criminosos, liderados pelo atual governador do estado, de continuarem um esquema de corrupção dessa magnitude, baseado em saques regulares de vencimentos de servidores ‘fantasmas’ da Assembleia Legislativa, com posterior desvio do dinheiro para outras contas bancárias, pagamentos e dissimulações de movimentações, mesmo depois de deflagrada a operação policial, que apreendeu vários documentos, anotações, planilhas, cartões, registros de mensagens etc., reveladora do esquema fraudulento”, registra trecho da decisão.

Além de Dantas, foram alvo de ordens de afastamento da função pública a mulher do governador, Marina Thereza Dantas, prefeita do município de Batalha; e o cunhado do emedebista, Theobaldo Cavalcanti Lins Neto, prefeito de Major Izidoro.

A Polícia Federal chegou a pedir a prisão preventiva do trio e de outros investigados, mas, seguindo parecer do Ministério Público Federal, a solicitação foi negada por Laurita Vaz.

Ao concordar com as diligências requeridas pela corporação, a Procuradoria-Geral da República argumentou que a “lide-rança criminosa” de Paulo Dantas “migrou do ápice de uma

Minervino J2nior/CB/D.A Press



Laurita Vaz: decisão para “estancar atuação de organização criminosa”

pirâmide hierárquica de poder (Legislativo) para outra (Executivo) denotando que, apesar de a organização criminosa ter se constituído, estruturado e iniciado a execução dos crimes à época em que Paulo Dantas desempenhava o mandato parlamentar, a atividade delitiva prosseguiu após o então deputado estadual assumir a cadeira de governador do Estado”.

“Encenação”

O governador afastado reagiu à operação, qualificada por ele como “encenação” e “fake news travestida de

oficialidade”, além de afirmar que uma ala da Polícia Federal foi “aparelhada”.

“Revela-se grotesca a ‘ação’ — na verdade, ‘encenação’ — de uma ala da Polícia Federal, que permitiu ser aparelhada para atender interesses político-eleitorais, tentando dar um golpe na minha candidatura à reeleição de governador de Alagoas para favorecer o candidato de Arthur Lira, Rodrigo Cunha”, disse, na nota. “Sob pretexto de investigar acusações de 2017, essa parte da PF pediu à Justiça o meu afastamento do cargo, a três semanas do 2º turno, e estando com 20 pontos de vantagem.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

“Guerra de posições” entre Lula e Bolsonaro decidirá a eleição

Quase todo mundo já ouviu falar que “A guerra é a continuação da política por outros meios”, conceito do estrategista prussiano Carl Von Clausewitz (1790 – 1831), autor do famoso tratado militar *Da Guerra*, publicado em 1832 e estudado até hoje nas academias militares. Segundo ele, trata-se de “um ato de violência destinado a forçar o adversário a se submeter à nossa vontade”. A Batalha de Valmy, ocorrida em 1792 — na qual o exército revolucionário francês, comandado pelos generais Charles François Dumouriez e por Etienne Christophe, conseguiu vencer os exércitos prussiano e austríaco —, mudara os conceitos militares.

O surgimento de um exército popular e nacionalista, que depois viria a se transformar numa grande máquina de guerra de Napoleão Bonaparte, tornou obsoletos os exércitos aristocráticos das monarquias europeias, muitos dos quais formados por mercenários. A partir de então, a integração entre política e guerra pautou todos os conflitos, da Guerra Franco-Prussiana de 1870 até a carnificina da Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914.

“A guerra, então, é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é, também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura”, resumiu Clausewitz (*Da Guerra*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010).

Os conceitos clássicos de guerra de posição e guerra de movimento, por outro lado, na direção contrária, seriam incorporados à teoria política pelo marxista italiano Antônio Gramsci (1891 –1937), em seus *Cadernos do cárcere* (Boitempo), ao analisar o *Risorgimento* italiano, o processo de unificação da península e a construção de um moderno Estado nacional. Esse processo se estendeu de 1848 a 1871, liderado pelo Piemonte, no Norte da Itália. Gramsci destacou a hegemonia exercida no *Risorgimento* pelo partido dos moderados do Piemonte, liderado pelo conde de Cavour e pelo rei Vittorio Emanuele II, bem como o papel subalterno do Partito d’Azione, de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.

“Uma classe é dominante em dois modos, isto é, ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isso, já antes da chegada ao poder, uma classe pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo); quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser ‘dirigente’”, explicou Gramsci, que viria a destacar: a supremacia de um grupo se manifesta como “domínio” e como “direção intelectual e moral”.

Os moderados do Piemonte formaram um “bloco nacional sob sua hegemonia”, que se revelou muito eficaz sob a direção de Cavour. Eram intelectuais, políticos, proprietários, industriais e comerciantes, o que permitiu a formação espontânea de uma “identidade de representantes e representados”. Essa é a gênese do conceito gramsciano de hegemonia, que foi plenamente incorporado à ciência política moderna e transbordou da literatura marxista.

Domínio e direção

Se aplicarmos esses conceitos à atual disputa eleitoral entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro, o segundo turno das eleições opõe, de um lado, o domínio político do governo Bolsonaro e, de outro, a “direção intelectual e moral” da sociedade protagonizada pela oposição liderada por Lula. Quem conseguir juntar domínio, pela via eleitoral, e direção, exercendo o poder, governará o país pelos próximos quatro anos. O chefe do Executivo já tem o domínio, mas perdeu a direção intelectual e moral, que tenta recuperar.

Os conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento” são muito mais complexos na política do que nas guerras propriamente ditas. “Na política, subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, essas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, sob pressão, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo”, destacou Gramsci, que também chamou atenção para a “guerra subterrânea”, como a que Gandhi travou contra os britânicos na independência da Índia.

Por exemplo, as palavras “animosidade, ódio e violência” sublinhadas por Clausewitz são cada vez mais citadas no noticiário e análises sobre o segundo turno das eleições. Na “guerra subterrânea” das redes sociais, cujo objetivo é aumentar a rejeição do adversário, estão sedimentando um clima de disputa que ameaça evoluir da política para a guerra propriamente dita, se depender de certas afirmações de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas, que sugerem a intenção de “melar” as eleições, caso Lula seja vitorioso.

Além dos ataques recíprocos na propaganda oficial de campanha, com objetivo de aumentar a rejeição alheia, Lula e Bolsonaro intensificaram suas agendas de campanha, numa “guerra de movimento”. Bolsonaro foi ao Santuário Nacional de Aparecida, em São Paulo, ontem, um reduto católico que lhe é hostil. Enquanto isso, uma “motociata” de motoboys abria caminho para visita de Lula ao Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, com o objetivo de mobilizar os morros cariocas para reverter a vantagem de Bolsonaro no asfalto.

Os atos ocorreram no contexto geral de uma “guerra de posições” no Sudeste, na qual as estruturas de poder consolidadas no primeiro turno podem mudar a correlação de forças eleitorais no segundo. É o que explica a visita de Lula a Belém do Pará, na Baixada Fluminense, onde perdeu a eleição, ou o encontro de Bolsonaro com o governador Romeu Zema, em Belo Horizonte, no esforço de reverter a vantagem do petista em Minas. A eleição está sendo decidida em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, como “guerra de posições”.